
CONVITE

CONVITE

AJUSTE DIRETO N.º AD/37-SERVICOS-TRANSP-EPADRC-2025

**Procedimento para Aquisição de uma Prestação de Serviços de Transporte
para Visitas de Estudo**

CONVITE

Índice de Conteúdo

CAPÍTULO I - CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA -	3
ARTIGO 1º - ENTIDADE ADJUDICANTE -	3
ARTIGO 2º – DECISÃO DE CONTRATAR -	3
ARTIGO 3º – IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO -	3
ARTIGO 4º – FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA -	4
ARTIGO 5º – DOCUMENTOS EXIGIDOS -	4
ARTIGO 6º – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA -	5
ARTIGO 7º – CAUÇÃO -	5
ARTIGO 8º – NEGOCIAÇÃO -	5
ARTIGO 9º – CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO -	5
ARTIGO 10º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO -	6
ARTIGO 11º – OUTORGA DO CONTRATO -	7
ARTIGO 12º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS -	7
ARTIGO 13º – DETEÇÃO DE ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -	7
ARTIGO 14º – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL -	8
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO - ANEXO I DO CCP -	9
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO - ANEXO II DO CCP -	10

CONVITE

CAPÍTULO I **- CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA -**

Ajuste Direto nº: **AD/37-SERVIÇOS-TRANSP-EPADRC-2025**

Data: **30-01-2025**

Face ao valor máximo do benefício económico que pode ser obtido com a execução do contrato a celebrar, convida-se V. Exas para apresentação de proposta conforme descrito no presente Convite e Caderno de Encargos.

Artigo 1º

- Entidade Adjudicante -

Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister/Alcobaça (adiante designada por Escola ou entidade adjudicante), com sede em Rua Costa Veiga, 2460-028 Alcobaça, Contribuinte Fiscal nº: 600 067 963, tel.: 262 596 844 / fax: 262 596 734 e endereço de correio eletrónico: secretaria@epadrc.pt.

Artigo 2º

- Decisão de Contratar -

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Administrativo da entidade adjudicante, em 30-01-2025, no uso de competência própria [ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 36.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, CCP) e 38.º, al. c) do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho].

Artigo 3º

- Identificação do Procedimento -

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CONVITE

O presente procedimento de Ajuste Direto tem por objeto a aquisição de uma prestação de serviços de transporte para visitas de estudo, no âmbito dos projetos de formação executados na escola, cofinanciados pelo Fundo Social Europeu, relativos a cursos profissionais e cursos de educação e formação, com o código CPV 60130000-8 – Serviços de transporte rodoviário de passageiros com finalidade específica – cfr. Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, de 15 de março de 2008 – cujas especificações e quantidades constam do Caderno de Encargos, em anexo.

Artigo 4º

- Fundamento da Escolha -

Alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do CCP.

Artigo 5º

- Documentos Exigidos -

1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo Anexo I do presente convite [cfr. Anexo I do CCP – “Declaração” (a que se refere a al. a) do n.º 1 do art.º 57º do CCP)].
2. Proposta de preço.

Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- a) Preço global da proposta, mencionando que a esse preço acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável;
- b) Preço unitário de todos os itens, descritos no anexo do Caderno de Encargos;
- c) Condições de realização da prestação de serviços;
- d) Prazo de validade da proposta (66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas);
- e) Condições de pagamento;

CONVITE

- f) A proposta e respetivos documentos devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes com certificado válido (artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto). Se a assinatura for efetuada com cartão de cidadão, deverá anexar declaração de poder de representação.
3. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 4. Declaração de compromisso e/ou plano comprovativo do cumprimento integral dos objetivos mínimos em matéria de contratação pública para a percentagem de veículos pesados não poluentes no número total de veículos pesados (subalínea ii), alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 86/2021, de 19 de outubro - Regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário limpos a favor da mobilidade com nível baixo de emissões);
 5. Documentos de verificação do cumprimento dos critérios ambientais no âmbito da ENCEP 2020.
 6. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;

Artigo 6º

- Prazo e Modo de Apresentação da Proposta -

O formulário de resposta encontra-se no ficheiro Excel anexo ao Caderno de Encargos. A proposta, bem como os documentos que a acompanha, devem ser apresentados exclusivamente por e-mail com o endereço: secretaria@epadrc.pt até às 11H00 do dia **06 de fevereiro**, e redigidas em língua portuguesa, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 169.º do CCP, não sendo aceites quaisquer outras vias de comunicação.

Artigo 7º

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaca * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CONVITE

- Caução -

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 8º

- Negociação -

Não haverá lugar à negociação das propostas.

Artigo 9º

- Critérios de Adjudicação -

O critério de adjudicação será avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar (alínea b), n.º 1 do artigo 74.º do CCP).

Artigo 10º

- Documentos de Habilitação -

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **três dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da empresa ou entidade equiparada e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP e para força probatória do disposto no n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número

CONVITE

equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

2. Deve ainda, dentro do prazo estipulado no ponto anterior, apresentar declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do presente convite [(cfr. Anexo II do CCP - “declaração” a que se refere a alínea a) do nº.1 do artigo 81.º do CCP)].
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Caso as irregularidades detetadas não sejam por facto imputável ao adjudicatário, será concedido um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, em função das razões invocadas.

Artigo 11º - Outorga do Contrato -

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito.

Artigo 12º - Pedidos de Esclarecimentos -

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Convite e do Caderno de Encargos no âmbito do presente procedimento, bem como, a apresentação de uma lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, podem ser solicitados, através do e-mail: secretaria@epadrc.pt, até às 18h00 do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos e a pronúncia sobre a deteção dos erros e omissões identificados pelos interessados, serão prestados, pelo mesmo meio apresentado no número anterior, até às 18h00 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 13º

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaca * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CONVITE

- Detecção de Erros e Omissões das Peças do Procedimento -

1. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis.
2. No mais, aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 50.º do CCP.

Artigo 14º

- Legislação Aplicável -

Em tudo aquilo que este convite seja omissos aplica-se o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

A Presidente do Conselho Administrativo,

Assinado por: Ana Paula Rodrigues Malojo
Num. de Identificação:
Data: 2025.02.05 13:08
Certificado por: Diário da República
Atributos certificados: Diretora - Escola Profissional de Agricultura
e Desenvolvimento Rural de Cister, Alcobaca

CONVITE

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO – A QUE SE REFERE A ALÍNEA a) DO N.º 1 DO ART.º 57º DO CCP

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo

(3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

CONVITE

ANEXO II

Modelo de declaração - a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO N.º AD/37-SERVICOS-TRANSP-EPADRC-2025

Procedimento para Aquisição de uma Prestação de Serviços de Transporte para Visitas de Estudo

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

Índice de Conteúdo

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS -	3
ARTIGO 1º - DEFINIÇÕES -	3
ARTIGO 2º - OBJETO -	3
ARTIGO 3º - FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS -	4
ARTIGO 4º - CONCORRENTES -	4
ARTIGO 5º - DURAÇÃO DO CONTRATO -	5
ARTIGO 6º - PROPOSTAS VARIANTES -	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO E ADJUDICANTE -	5
ARTIGO 7º - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO -	5
ARTIGO 8º - PENALIDADES CONTRATUAIS -	7
ARTIGO 9º - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE -	7
ARTIGO 10º - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS -	8
ARTIGO 11º - ALTERAÇÕES AO CONTRATO -	8
ARTIGO 12º - SUBCONTRATAÇÃO -	8
ARTIGO 13º - PREÇO BASE -	9
ARTIGO 14º - PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO -	9
ARTIGO 15º - BOA FÉ -	10
ARTIGO 16º - USO DE SINAIS DISTINTIVOS -	10
CAPÍTULO III - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS -	10
ARTIGO 17º - CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS/SERVIÇOS -	10
ARTIGO 18º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR -	11
ARTIGO 19º - PRAZO DE GARANTIA -	12
ARTIGO 20º - LOCAL E PRAZO -	12
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS -	12
ARTIGO 21º - RESOLUÇÃO DO CONTRATO -	12
ARTIGO 22º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES -	13
ARTIGO 23º - CLÁUSULA ARBITRAL E FORO COMPETENTE -	14
ARTIGO 24º - DIREITO APLICÁVEL -	15
CAPÍTULO V - ANEXOS -	17
ANEXO 1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES -	17
ANEXO 2 – FORMULÁRIO DE RESPOSTA	18

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaca * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I **- DISPOSIÇÕES GERAIS -**

Artigo 1º **- Definições -**

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

CCP - Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;

Contrato - Contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente Caderno de Encargos;

Órgão competente para a decisão de contratar - Conselho Administrativo;

Entidade Adjudicante - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister/Alcobaça.

Adjudicatário – Entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato.

Artigo 2º **- Objeto -**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual de ajuste direto, alínea d) n.º 1 do artigo 20º (Bens móveis e serviços) do Código dos Contratos Públicos (CCP), que tem por objeto principal a aquisição de uma prestação de serviços de transporte para visitas de estudo, no âmbito dos projetos de formação executados na escola, cofinanciados pelo Fundo Social Europeu, relativos a cursos profissionais e cursos de educação e formação, sendo promovido pela entidade adjudicante.
2. Os bens e serviços encontram-se identificados na listagem do anexo, o qual faz parte

CADERNO DE ENCARGOS

integrante do presente Caderno de Encargos.

3. Os Serviços encontram-se identificados na listagem do anexo, do qual faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, sendo que a mesma não garante que sejam adquiridas todas as quantidades indicadas cujos totais devem ser considerados como meros indicadores de previsão.

Artigo 3º

- Forma e Documentos Contratuais -

1. O contrato será reduzido a escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos de acordo com o previsto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º do referido código.
4. O contrato é composto pelo respetivo clausulado e pelo Anexo, o qual faz parte integrante do presente Caderno de Encargos.

Artigo 4º

- Concorrentes -

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

referidas no artigo 55º do CCP, ou apesar de enquadrados, que se encontrem abrangidos pelas relevações do artigo 55.º-A.

Artigo 5º

- Duração do Contrato -

O referido contrato vigorará desde o dia 11 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 6º

- Propostas Variantes -

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

CAPÍTULO II

- OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO E ADJUDICANTE -

Artigo 7º

- Obrigações do Adjudicatário -

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

artigo 81.º do CCP;

- b) Prestar os serviços à entidade adjudicante, conforme as características técnicas, requisitos mínimos e com as especificações do presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Suportar todos os encargos inerentes à prestação de serviços, tais como o fornecimento e a manutenção das viaturas equipadas de acordo com as normas legais em vigor, encargos com os motoristas, seguros, parques e portagens;
- e) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- f) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos nas especificações do presente Caderno de Encargos;
- g) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- i) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- k) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaca * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

são fornecidos os bens, como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem.

- I) Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
3. No âmbito da execução de contratos públicos, o adjudicatário é obrigado a emitir fatura(s) resultante(s) da prestação de serviços objeto deste contrato que deverão conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, a identificação do procedimento em causa, o n.º de compromisso e vir acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP.
 4. A remessa da(s) fatura(s) poderá ser efetuada através da aplicação fornecida pela ESPAP, I.P., em cumprimento com o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, alterado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro.
 5. O adjudicatário é obrigado a cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, nomeadamente no regime de contrato de trabalho com os trabalhadores a afetar à prestação de serviços, face ao período da duração do contrato, de acordo com o artigo 5.º do presente Caderno de Encargos.
 6. O incumprimento dos números anteriores, será considerada justa causa de rescisão do contrato, sendo passível de aplicação de sanções, de acordo com o artigo seguinte.

Artigo 8º

- Penalidades Contratuais -

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o adquirente pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante até 20% do preço contratual, nomeadamente, pelo incumprimento do prazo de fornecimento dos Serviços.
2. Pelo incumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, a pena pecuniária será a

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaca * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

prevista no artigo 456.º e seguintes do Regime sancionatório do CCP.

Artigo 9º

- Obrigações da Entidade Adjudicante -

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo de 30 (trinta) dias, as faturas emitidas pelo Adjudicatário;
- b) Cumprir com as obrigações constantes deste Caderno de Encargos;
- c) Disponibilizar um elemento da Entidade Adjudicante para servir de interlocutor no acompanhamento do objeto do contrato;
- d) Avisar, de imediato, o Adjudicatário quando se verifique alguma anomalia no âmbito dos serviços prestados.

Artigo 10º

- Patentes, Licenças e Marcas Registadas -

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 11º

- Alterações ao Contrato -

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
3. A alteração do contratual não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaca * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 12º

- Subcontratação -

1. O contrato tem caráter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela aquisição dos bens/prestação de serviços do objeto do contrato.

Artigo 13º

- Preço Base -

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens/serviços objeto do contrato a celebrar é de 11.995,28 € (onze mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 14º

- Preço Contratual e Condições de Pagamento -

1. Pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente Caderno de Encargos, das cláusulas contratuais e da legislação aplicável, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, das viagens efetivamente prestadas, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. Compromete-se a entidade adjudicante a efetuar o pagamento dos serviços prestados, à entidade adjudicada no prazo de 30 dias, após a receção das respetivas faturas e disponibilização das verbas para o efeito, efetuado preferencialmente por transferência

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

bancária, comprometendo-se o adjudicatário a entregar o respetivo recibo durante os oito dias úteis seguintes.

3. O adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante uma fatura eletrónica, por cada prestação de serviços de transporte efetivamente prestado, com discriminação dos respetivos valores.
4. As faturas eletrónicas resultantes da prestação de serviços do objeto deste contrato deverão conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, a identificação do procedimento em causa, o n.º de compromisso e vir acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP.
5. Os preços indicados na proposta são fixos e não serão passíveis de revisão.
6. Não haverá lugar a adiantamentos.
7. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

Artigo 15º

- Boa Fé -

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 16º

- Uso de Sinais Distintivos -

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO III **- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS -**

Artigo 17º

- Conformidade e Operacionalidade dos Bens/Serviços -

1. O adjudicatário obriga-se a facultar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato em conformidade com as características, especificações e requisitos previstos do presente Caderno de Encargos e respetivo anexo.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser facultados para os fins a que se destinam.
3. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são facultados.
4. As viaturas utilizadas nos transportes objeto do presente contrato deverão obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Cumprirem todos os artigos da lei em vigor relativa à segurança nos transportes;
 - b) Permitir o transporte de alunos a partir de 14 anos de idade;
 - c) Apresentarem-se limpas e asseadas;
 - d) Possuírem sistema de climatização (ar condicionado);
 - e) Os respetivos motores devem cumprir a norma EURO V relativa às emissões. O proponente deve fornecer os documentos técnicos do veículo, nos quais se encontre garantido o cumprimento da norma.
5. Os condutores dos autocarros deverão:
 - a) Possuir habilitação legal para a condução dos autocarros e passageiros em causa;
 - b) Ser pessoas idóneas no que respeita ao acompanhamento de crianças e jovens;
 - c) Tratar com respeito e cordialidade as pessoas transportadas e os demais utentes da via pública;

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

- d) Relatar aos responsáveis pelo acompanhamento do grupo quaisquer situações anómalas que surjam no decurso da viagem, exigindo-lhes o cumprimento por parte das pessoas que acompanham todas as normas de segurança, respeito e boa educação a que estão obrigados a cumprir.
6. Qualquer alteração das viagens expressas no anexo deste Caderno de Encargos, ou pedido de agendamento de visitas não previstas, deverá ser feita pela entidade adjudicante por qualquer meio escrito, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, indicando expressamente o número de passageiros, o itinerário, a hora da saída e chegada prevista;
7. Em caso de desmarcação da viagem, por parte da escola, esta deverá ser comunicada ao adjudicatário por qualquer meio escrito com uma antecedência mínima de 24 horas (um dia útil).

Artigo 18º

- Prazo de Garantia -

O prazo de garantia dos Serviços a adquirir é definido nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à aquisição de Serviços e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário.

Artigo 19º

- Casos Fortuitos ou de Força Maior -

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 20º

- Local e Prazo -

Os serviços objeto do presente contrato devem ser facultados conforme acordado com a entidade da adjudicante, no prazo que vier a ser estipulado, com partida junto à portaria da Entidade Adjudicante e regresso à mesma, sita no artigo 22.º do presente Caderno de Encargos.

CAPÍTULO IV

- DISPOSIÇÕES FINAIS -

Artigo 21º

- Resolução do Contrato -

1. Considera-se designadamente justa causa de rescisão do contrato, a verificação por parte de uma das partes do não cumprimento no estipulado no presente Caderno de Encargos e seus anexos e no contrato celebrado.
2. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por Tribunal Territorialmente Competente onde se integra a entidade adjudicante ou mediante declaração enviada que produz efeitos 30 dias após a sua receção.
3. A resolução é notificada ao adjudicatário em causa, por carta registada com aviso de receção, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

CADERNO DE ENCARGOS

Artigo 22º

- Comunicações e Notificações -

1. Em sede de execução contratual, as notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo que destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente Caderno de Encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por telecópia (fax);
 - c) Por carta registada com aviso de receção.
3. As notificações efetuadas nos termos da alínea a) do número anterior devem ser confirmadas por qualquer um dos meios previstos nas alíneas b) e c) no prazo de dois dias.
4. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.
5. Em sede de execução contratual, todas as comunicações e notificações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister, Alcobça
Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobça
E-mail: secretaria@epadrc.pt
Tel: 262 596 844 / fax: 262 596 734

Artigo 23º

- Cláusula Arbitral e Foro Competente -

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada por Tribunal Arbitral, composto por três árbitros, sendo um escolhido pela entidade adjudicante, outro pelo adjudicatário e um terceiro, que presidirá, escolhido pelos dois árbitros anteriores.
3. A nomeação dos árbitros pelas partes deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias a contar da receção, por escrito, do pedido de arbitragem.
4. Na falta de acordo, o árbitro presidente será designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo a requerimento de qualquer das partes.
5. Se decorrerem mais de 3 (três) meses sobre a data da indicação do primeiro árbitro sem que o Tribunal Arbitral esteja constituído, pode qualquer das partes recorrer aos tribunais administrativos, considerando-se, então, devolvida a jurisdição a esses tribunais.
6. Se não houver acordo quanto ao objeto do litígio, o mesmo será o que resultar da petição da parte demandante e da resposta da parte demandada, se a houver, sendo fixado pelo árbitro presidente.
7. O Tribunal Arbitral funcionará em proximidade com a sede da Escola e julgará segundo a equidade, devendo a respetiva decisão ser proferida no prazo de 3 (três) meses a contar do termo da instrução do processo.
8. Das decisões do Tribunal Arbitral cabe recurso nos termos gerais do direito.
9. Em tudo o omissivo é aplicável o disposto na Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro e no Título IX do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Artigo 24º

- Direito Aplicável -

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobaca * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP).

A Presidente do Conselho Administrativo,

Assinado por: Ana Paula Rodrigues Malojo
Num. de Identificação:
Data: 2025.02.05 15:11
Certificado por: Diário da República
Atributos certificados: Diretora - Escola Profissional de Agricultura
e Desenvolvimento Rural de Cister, Alcobça

CAPÍTULO V - ANEXOS -

ANEXO 1

Especificações Técnicas dos Serviços e Quantidades

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

Cód. Artigo	Data	Descrição	N.º de passageiros	Quantidade (Unidade)
1.	Serviços de transporte agendados			
1.1	11/02/2025	Visita de estudo a explorações agrícolas na região de Torres Novas	29	1
1.2	12/02/2025	Visita de estudo a dona Uva, Quinta do Gradil e Vitioeste	20	
1.3	13/02/2025	Visita de estudo à Coudelaria Real - Alter do Chão	16	1
1.4	14/02/2025	Visita de estudo ao viveiro de plantas hortícolas e vacaria Germiplanta	20	1
1.5	03/2025 (dia a definir)	Visita de estudo ao fabricante de alfaias e equipamentos agrícolas Herculano e ao Mercado abastecedor do Porto	35	1
1.6	26/03/2025	Visita de estudo à Herdade do Esporão e à Herdade do Vale da Rosa	21	1
1.7	14/03/2025	Visita de estudo às empresas agrícolas na zona de A Dos Cunhados, Óbidos e Mocarria, estufas hidroponia, pomares e central hortofruticola	19	1
1.8	20/03/2025	Visita de Estudo ao Parque Biológico da Serra da Lousã e ao Europaradise	16	1
1.9	24/03/2025	Visita de estudo a uma exploração de bovinos	19	1
1.10	24/04/2025	Visita de estudo ao Jardim Zoológico de Lisboa	16	1
1.11	14/05/2025	Visita de estudo à empresa agrícola na zona de Torres Vedras, Joper e Tomix , viveiros da Silveira e Campotec	33	1
1.12	14/05/2025	Visita de estudo ao Monte Selvagem e ao Fluviário de Mora	16	1
1.13	21/05/2025	Visita de estudo a empresas agrícolas da região de Alcobça	33	1
1.14	09/06/2025	Visita de estudo à Feira Nacional de Agricultura de Santarém e à empresa Jorge Areias Pneus	36	1

Rua Costa Veiga – 2460-028 Alcobça * Telefone: 262596844 * E-mail: geral@epadrc.pt * www.epadrc.pt

CADERNO DE ENCARGOS

2.	Serviços de transporte extra				
A	Por agendar	deslocação entre 0 e 50 km	Até 55	2	
B	Por agendar	deslocação entre 51 e 100 km	Até 55	2	
C	Por agendar	deslocação entre 101 e 250 km	Até 55	4	
D	Por agendar	deslocação entre 251 e 500 km	Até 55	2	
E	Por agendar	deslocação entre 501 e 800 km	Até 55	1	

ANEXO 2

Formulário de Resposta - Ficheiro Excel